CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E CULTURA DIGITAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO DE IDOSOS

DANIELLY DE ARAÚJO DANTAS

PATO - PB

2026.1

DANIELLY DE ARAÚJO DANTAS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E CULTURA DIGITAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO DE IDOSOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário de Patos – UNIFIP - como requisito para o título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Ma. Josiane Carla Medeiros de Sousa

PATOS - PB
2026.1

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER
Biblioteca Central - UNIFIP

Dantas, Danielly de Araújo.
D192e Educação de Jovens e Adultos - EJA e Cultura Digital: desafios e possibilidades para inclusão de idosos. / Danielly de Araújo Dantas. – Patos – PB: UNIFIP, 2026.
31 fls.

Orientador (a): Profª. Meª. Josiane Carla Medeiros de Sousa.
Artigo, Graduação Licenciatura em Pedagogia.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Inclusão digital. 3. Idosos. 4. Cultura digital. 5. Cidadania. I. Título. II. Centro Universitário - UNIFIP

UNIFIP/BC CDU: 37

Yasmim Caroline A. Nóbrega – Bibliotecária. CRB 15/1086

DANIELLY DE ARAÚJO DANTAS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E CULTURA DIGITAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO DE IDOSOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário de Patos – UNIFIP - como requisito para o título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Ma. Josiane Carla Medeiros de Sousa

DATA DE APROVAÇÃO: 28 / 05 / 2026

BANCA EXAMINADORA:

Josiane Carla Medeiros de Sousa

Profa. Ma. Josiane Carla Medeiros de Sousa
Centro Universitário de Patos - UNIFIP
(Orientadora)

Diogo Araujo dos Santos

Prof. Esp. Diogo Araújo dos Santos
Centro Universitário de Patos - UNIFIP
(Avaliador I)

Prof. Ms. Sergio Morais Cavalcante Filho
Centro Universitário de Patos - UNIFIP
(Avaliador II)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, autor da minha vida e sustento da minha fé, por ter me concedido força nos momentos de fraqueza, sabedoria diante das dificuldades e coragem para não desistir dos meus sonhos. Foi pela Sua infinita misericórdia e amor que consegui chegar até aqui, vencendo cada obstáculo ao longo desta caminhada tão desafiadora e especial.

À minha família e ao meu esposo, expresso minha mais profunda gratidão pelo amor incondicional, pela paciência, pelo apoio constante e por acreditarem em mim até mesmo quando eu mesma duvidei. Obrigada por compreenderem minhas ausências, enxugarem minhas lágrimas nos momentos difíceis e celebrarem comigo cada pequena conquista. Vocês foram meu porto seguro e minha maior motivação para continuar.

Às minhas colegas Joyce, Rayanne e Layze, deixo meu carinho e agradecimento sincero pelo companheirismo, pelas palavras de incentivo, pelas risadas compartilhadas e pela força que encontramos umas nas outras durante toda essa trajetória. A caminhada se tornou mais leve e significativa porque pude contar com vocês.

Aos professores Edilene Araújo, Pe. Everaldo, Diogo e José Segundo minha eterna gratidão pelos ensinamentos transmitidos com dedicação, paciência e compromisso. Cada orientação, conselho e aprendizado contribuíram não apenas para minha formação acadêmica, mas também para meu crescimento humano e profissional.

Expresso, de maneira muito especial, minha sincera gratidão à minha orientadora, Profa. Ma. Josiane Carla Medeiros de Sousa, pela paciência, acolhimento, dedicação e apoio durante toda a construção deste trabalho. Sua orientação foi essencial para que este sonho se tornasse realidade.

Agradeço também ao Coordenador Sérgio, que teve papel importante nessa jornada, contribuindo significativamente para minha formação.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada. Cada palavra de incentivo, cada gesto de carinho e cada apoio recebido foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Esta conquista não é apenas minha, mas de todos aqueles que caminharam ao meu lado. Meu coração transborda gratidão. Muito obrigada!

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com enfoque na inclusão digital de idosos, considerando as contribuições da cultura digital para os processos de aprendizagem, autonomia e participação social desses sujeitos. Especificamente, busca-se (a) discutir os fundamentos teóricos da Educação de Jovens e Adultos, considerando a EJA como espaço de inclusão social, valorização das trajetórias de vida e reconhecimento dos saberes construídos pelos sujeitos idosos ao longo de suas experiências sociais e culturais; (b) analisar os desafios enfrentados pelos idosos no processo de inclusão educacional e digital, considerando aspectos ligados às desigualdades sociais, acessibilidade, preconceitos e dificuldades de permanência no ambiente escolar; e (c) reconhecer as contribuições da cultura digital e das práticas pedagógicas inclusivas para o fortalecimento da autonomia, da participação social, da cidadania e do protagonismo dos estudantes idosos no contexto da Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à EJA, envelhecimento, letramento digital e cultura digital. As buscas ocorreram em bases de dados e periódicos científicos da área da Educação, com destaque para a SciELO, utilizando-se os descritores: "Educação de Jovens e Adultos", "inclusão digital", "idosos e educação", "cultura digital" e "letramento digital". O estudo evidencia que a EJA possui papel histórico na reparação de desigualdades educacionais, acolhendo sujeitos que tiveram o direito à escolarização negado ou interrompido ao longo da vida. No caso dos idosos, o retorno à escola representa não apenas a busca pela aprendizagem formal, mas também a reconstrução da autoestima, o fortalecimento da identidade e a ampliação do pertencimento social. Os resultados apontam que a inclusão digital ultrapassa o ensino técnico do uso de tecnologias, constituindo-se como prática emancipatória capaz de favorecer o acesso à informação, a comunicação, a utilização de serviços digitais e a participação ativa na sociedade contemporânea. Entretanto, foram identificados desafios como desigualdades sociais, dificuldades de acessibilidade tecnológica, insegurança diante dos recursos digitais e preconceitos relacionados ao envelhecimento. Conclui-se que a inclusão digital de idosos na EJA exige práticas pedagógicas humanizadas, dialógicas, acessíveis e contextualizadas, capazes de respeitar os ritmos de aprendizagem e valorizar as experiências de vida dos educandos, contribuindo para uma educação mais democrática, inclusiva e transformadora.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Inclusão digital; Idosos; Cultura digital; Cidadania.

ABSTRACT

This study aims to understand Youth and Adult Education (EJA), focusing on the digital inclusion of older adults and considering the contributions of digital culture to learning processes, autonomy, and social participation. Specifically, the study seeks to: (a) discuss the theoretical foundations of Youth and Adult Education, considering EJA as a space for social inclusion, appreciation of life trajectories, and recognition of the knowledge built by older adults throughout their social and cultural experiences; (b) analyze the challenges faced by older adults in the process of educational and digital inclusion, considering aspects related to social inequalities, accessibility, prejudice, and difficulties in remaining in the school environment; and (c) recognize the contributions of digital culture and inclusive pedagogical practices to strengthening autonomy, social participation, citizenship, and protagonism among elderly students in the context of Youth and Adult Education. The research is characterized as a bibliographic study with a qualitative approach, based on books, scientific articles, dissertations, theses, and official documents related to EJA, aging, digital literacy, and digital culture. Searches were conducted in databases and scientific journals in the field of Education, especially SciELO, using the descriptors: "Youth and Adult Education," "digital inclusion," "older adults and education," "digital culture," and "digital literacy." The study highlights that EJA plays a historical role in repairing educational inequalities by welcoming individuals whose right to schooling was denied or interrupted throughout life. For older adults, returning to school represents not only the search for formal learning, but also the reconstruction of self-esteem, the strengthening of identity, and the expansion of social belonging. The results indicate that digital inclusion goes beyond the technical teaching of technologies, constituting an emancipatory practice capable of promoting access to information, communication, the use of digital services, and active participation in contemporary society. However, challenges such as social inequalities, technological accessibility difficulties, insecurity regarding digital resources, and prejudices related to aging were identified. It is concluded that the digital inclusion of older adults in EJA requires humanized, dialogical, accessible, and contextualized pedagogical practices capable of respecting learning rhythms and valuing students' life experiences, thus contributing to a more democratic, inclusive, and transformative education.

Keywords: Youth and Adult Education; Digital inclusion; Older adults; Digital culture; Citizenship.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil apresenta-se como uma importante modalidade de ensino voltada à garantia do direito à educação para aqueles que, por diferentes razões sociais, econômicas e históricas, não tiveram acesso ou continuidade nos estudos na idade certa. No entanto, a EJA não pode ser compreendida apenas como uma ação de compensação, mas como um espaço de inclusão social, de valorização dos saberes que foram construídos ao longo da vida.

Os estudantes da EJA carregam consigo diferentes vivências, saberes populares e experiências adquiridas em contextos formais e informais, aspectos que precisam ser considerados no processo educativo para que a aprendizagem se torne mais significativa e contextualizada. A educação deve partir da realidade concreta dos sujeitos, valorizando seus conhecimentos prévios e promovendo práticas pedagógicas dialógicas e inclusivas. Nesse contexto, torna-se fundamental que as práticas pedagógicas considerem tais saberes como ponto de partida para a construção do conhecimento, favorecendo uma aprendizagem significativa, crítica e contextualizada. Conforme destacam Jardilino e Araújo (2014) e Leite (2014), a valorização das experiências dos educandos fortalece os processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e da participação social.

Paralelamente, a sociedade contemporânea é marcada pela extensão da cultura digital, que vem transformando as formas de comunicação, acesso à informação, relações interpessoais e modos de aprender. O avanço das tecnologias digitais impacta diretamente a vida social e o mundo do trabalho, exigindo dos indivíduos novas competências e habilidades relacionadas ao uso crítico e consciente das tecnologias. Nesse cenário, a leitura e a escrita ampliam-se para além das práticas convencionais, incorporando linguagens digitais e diferentes formas de interação medidas pelas tecnologias.

Entretanto, parcela significativa da população idosa ainda enfrenta dificuldades relacionadas ao acesso e à utilização das tecnologias digitais. Essas limitações decorrem de fatores diversos, como desigualdades socioeconômicas, baixa escolarização, ausência de oportunidades formativas e insegurança diante das ferramentas tecnológicas. Nesse cenário, a EJA assume papel estratégico ao possibilitar que jovens, adultos e idosos desenvolvam competências necessárias para atuar em uma sociedade cada vez mais digitalizada (Barbosa; Silva; Souza, 2020; Sampaio; Hizim, 2022).

A inclusão digital de idosos na EJA não se restringe ao ensino operacional das tecnologias. Trata-se de um processo que envolve acolhimento, valorização das trajetórias de

vida, fortalecimento da autoestima e ampliação das possibilidades de interação social. Para que esse processo ocorra de forma efetiva, é necessário que as práticas pedagógicas sejam inclusivas, dialógicas e respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes, favorecendo o protagonismo e a construção da autonomia (Freire, 1987; Machado, 2021).

Além disso, as políticas públicas educacionais brasileiras reconhecem a importância da garantia do direito à educação ao longo da vida. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular reforçam princípios relacionados à inclusão, à equidade e à formação cidadã, elementos essenciais para a consolidação de uma educação comprometida com a democratização do acesso ao conhecimento e às tecnologias (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2018).

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a inclusão digital de idosos na Educação de Jovens e Adultos, compreendendo as contribuições da cultura digital para os processos de aprendizagem, autonomia e participação social desse público. Especificamente, busca discutir os fundamentos teóricos da EJA, identificar os desafios enfrentados pelos idosos no processo de inclusão educacional e digital e refletir sobre as potencialidades das práticas pedagógicas inclusivas para a promoção da cidadania e do protagonismo dos educandos.

A relevância da pesquisa está associada à necessidade de ampliar as discussões sobre envelhecimento, educação e inclusão digital, considerando as demandas impostas pelas transformações tecnológicas da sociedade contemporânea. Assim, compreender as relações entre EJA, cultura digital e envelhecimento pode contribuir para o fortalecimento de práticas educativas mais democráticas, humanizadas e socialmente inclusivas.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à Educação de Jovens e Adultos, cultura digital, inclusão digital e envelhecimento. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica possibilita a sistematização e análise crítica do conhecimento produzido sobre determinado tema, permitindo identificar desafios, avanços e perspectivas para futuras reflexões e estudos.

Para fundamentação teórica, o estudo apoia-se em autores clássicos da Educação de Jovens e Adultos, como Arroyo (2011) além de pesquisadores contemporâneos que discutem cultura digital, inclusão tecnológica e envelhecimento, como Machado (2021), Maurício (2020) e Sampaio e Hizim (2022). Também são utilizados documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e a

Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2018).

2.EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1 Raízes históricas da EJA e trajetórias do idoso aprendiz

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil está diretamente relacionada aos processos históricos de desigualdade social e exclusão educacional que marcaram a formação da sociedade brasileira. Durante muitos anos, o acesso à escola foi privilégio de pequenos grupos sociais, enquanto grande parte da população permaneceu afastada do direito à educação. Trabalhadores rurais, pessoas em situação de pobreza, mulheres, negros e idosos foram historicamente atingidos por esse cenário de exclusão, o que contribuiu para elevados índices de analfabetismo e baixa escolarização ao longo do século XX (Di Pierro; Haddad, 2015).

As primeiras iniciativas voltadas à alfabetização de jovens e adultos possuíam caráter limitado e, em muitos momentos, estavam associadas apenas à necessidade de formação da mão de obra. Entretanto, com o fortalecimento dos movimentos sociais e da educação popular, a EJA passou a ser compreendida de maneira mais ampla, assumindo também uma dimensão política, social e emancipatória. Nesse contexto, a educação deixou de ser vista apenas como transmissão de conteúdos, passando a considerar as experiências de vida dos educandos e sua participação crítica na sociedade.

Entre os principais referenciais da EJA no Brasil, destaca-se a contribuição de Paulo Freire, cuja proposta pedagógica revolucionou a compreensão sobre o processo educativo. Para Freire (1987), a educação precisa partir da realidade concreta dos sujeitos, respeitando seus saberes e valorizando suas experiências. Em sua perspectiva, o conhecimento é construído por meio do diálogo e da troca coletiva, rompendo com práticas tradicionais centradas apenas na memorização.

> Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática ‘bancária’, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos (Freire, 1987, p. 68).

Essa concepção fortaleceu a compreensão da EJA como prática de liberdade e de transformação social, sobretudo para sujeitos historicamente excluídos dos espaços escolares. De acordo com Arroyo (2011), os educandos da EJA carregam trajetórias marcadas pelo

trabalho, pelas desigualdades sociais e pela negação de direitos, fatores que precisam ser reconhecidos no contexto educacional.

Nesse sentido, Arroyo (2011, p. 37) afirma que:

> Os currículos não podem ignorar os sujeitos concretos que chegam às escolas públicas. Suas vivências, seus trabalhos, suas culturas, seus sofrimentos e suas formas de sobreviver precisam ser reconhecidos como parte do processo educativo e da construção curricular.

A Constituição Federal de 1988 representou um importante avanço para a consolidação da educação como direito social, assegurando a garantia do acesso e da permanência na escola para todos os cidadãos. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/1996, reafirmou a importância da EJA ao estabelecer, em seu artigo 37, que essa modalidade seria destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada (Brasil, 1996).

Mesmo com os avanços legais, os desafios ainda permanecem presentes. Segundo Bispo, Faria e Garcia (2021), existe uma distância significativa entre o que é garantido pelas políticas públicas e a realidade vivenciada pelos estudantes da EJA. Problemas relacionados à evasão escolar, precarização das condições de ensino, ausência de investimentos e desigualdades sociais continuam dificultando o fortalecimento dessa modalidade.

Nesse cenário, os horizontes da EJA no Brasil envolvem não apenas a ampliação do acesso à escolarização, mas também a construção de práticas educativas mais inclusivas, democráticas e contextualizadas. Conforme destacam Pacheco e Oliveira (2024), as pesquisas atuais sobre a EJA evidenciam a necessidade de fortalecer políticas públicas comprometidas com a valorização dos sujeitos, o respeito às diferenças e a promoção da educação ao longo da vida.

Diante do exposto, compreende-se que a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos está profundamente vinculada às desigualdades sociais e aos processos de exclusão que limitaram, ao longo do tempo, o acesso de diferentes grupos ao direito à escolarização. A consolidação da EJA como política educacional e prática emancipatória revela avanços significativos no reconhecimento da educação como direito social, sobretudo para sujeitos cujas experiências foram marcadas pela interrupção dos estudos e pela negação de oportunidades, como os idosos.

Contudo, a análise do percurso histórico evidencia que a efetivação desse direito ainda

enfrenta limites estruturais e institucionais, exigindo práticas pedagógicas comprometidas com a valorização das trajetórias de vida, o reconhecimento dos saberes construídos socialmente e a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e humanizada.

2.2 O idoso como sujeito aprendiz: perfis e trajetórias

De acordo com Barbosa; Silva; Souza (2020), o crescimento da presença de idosos na Educação de Jovens e Adultos revela importantes transformações sociais e educacionais ocorridas nas últimas décadas. Muitos desses estudantes retornam à escola após anos ou até mesmo décadas afastados do ambiente escolar, carregando consigo experiências de vida marcadas pelo trabalho precoce, pelas dificuldades econômicas, pelas responsabilidades familiares e pela ausência de oportunidades educacionais durante a juventude. Dessa forma, compreender o idoso como sujeito aprendiz exige reconhecer sua trajetória histórica, social e cultural.

Durante muito tempo, a sociedade construiu uma visão limitada sobre o envelhecimento, associando a velhice à incapacidade, dependência e improdutividade. Essas concepções também influenciaram o campo educacional, contribuindo para a invisibilidade dos idosos nos espaços escolares. Entretanto, estudos recentes demonstram que o envelhecimento não impede a aprendizagem, embora exija práticas pedagógicas mais acolhedoras e adaptadas às necessidades desse público (Barbosa; Silva; Souza, 2020).

Os estudantes idosos que frequentam a EJA apresentam perfis bastante diversos. Muitos buscam aprender a ler e escrever; outros desejam concluir etapas da escolarização interrompidas anteriormente; há ainda aqueles que procuram a escola motivados pela vontade de ampliar sua autonomia, acompanhar as transformações tecnológicas ou fortalecer sua participação social. Segundo Longo e Vieira (2021), o aumento da demanda de adultos e idosos pela EJA está relacionado tanto às desigualdades históricas de acesso à educação quanto às novas exigências sociais contemporâneas.

Além das questões educacionais, o retorno à escola representa para muitos idosos uma experiência de reconstrução da autoestima e da identidade. A escola torna-se espaço de convivência, socialização e pertencimento, possibilitando a construção de novos vínculos e perspectivas de vida. Nesse sentido, Sales e Paiva (2016) afirmam que:

> As práticas de formação de professores para a EJA precisam reconhecer os sujeitos jovens, adultos e idosos em sua pluralidade, considerando suas histórias de vida, experiências culturais e trajetórias sociais como elementos

> fundamentais para a construção do processo educativo (Sales; Paiva, 2016, p. 25).

Outro aspecto importante refere-se à valorização dos conhecimentos construídos ao longo da vida. Diferentemente da visão tradicional que considera apenas os saberes escolares, a EJA reconhece que os educandos possuem experiências acumuladas em contextos familiares, profissionais, culturais e sociais. Para Arroyo (2011), esses saberes precisam ser incorporados às práticas pedagógicas, tornando o processo educativo mais significativo e próximo da realidade dos estudantes.

Além disso, o processo de aprendizagem na maturidade envolve dimensões afetivas e emocionais importantes. O medo de errar, a vergonha decorrente de experiências anteriores de fracasso escolar e a insegurança diante das novas formas de ensino podem dificultar a permanência dos idosos na escola. Por isso, torna-se essencial construir ambientes educativos acolhedores, baseados no diálogo, no respeito e na valorização dos sujeitos. Conforme destaca Machado (2021), a educação de jovens, adultos e idosos precisa estar comprometida com práticas humanizadas que fortaleçam a autonomia e a participação social dos educandos.

Assim, compreender o idoso como sujeito aprendiz significa reconhecer que o processo educativo ultrapassa a simples aquisição de conteúdos escolares. Trata-se de uma experiência de reconstrução de trajetórias, fortalecimento da cidadania e valorização das histórias de vida daqueles que, apesar das dificuldades enfrentadas, encontram na educação novas possibilidades de aprendizagem e inclusão social.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender que o processo de inclusão dos idosos na EJA também é atravessado por diferentes desafios sociais, pedagógicos e emocionais, os quais influenciam diretamente sua permanência e participação no ambiente escolar. Dessa forma, discutir as relações entre inclusão, resistência e envelhecimento torna-se fundamental para compreender os caminhos e as dificuldades presentes na construção de uma educação mais acessível e humanizada na maturidade.

2.3 Entre desafios e resistências: pedagogia da inclusão na maturidade

A inclusão de idosos na Educação de Jovens e Adultos representa um importante avanço no reconhecimento da educação como direito ao longo da vida. Contudo, esse processo ainda é marcado por diversos desafios que envolvem questões sociais, econômicas, culturais e pedagógicas. Muitos idosos chegam à escola trazendo marcas de exclusão educacional,

inseguranças relacionadas à aprendizagem e dificuldades decorrentes das desigualdades acumuladas ao longo da vida.

Entre os principais obstáculos enfrentados pelos estudantes idosos estão as limitações econômicas, as dificuldades de acesso ao transporte, os problemas de saúde e as responsabilidades familiares. Além disso, muitos convivem com sentimentos de vergonha e medo por acreditarem que não possuem capacidade para aprender, resultado de experiências anteriores de fracasso escolar e preconceitos historicamente construídos em relação à velhice (Sampaio; Hizim, 2022).

Outro desafio significativo refere-se às transformações provocadas pela cultura digital. Em uma sociedade cada vez mais mediada pelas tecnologias, muitos idosos sentem-se excluídos por não dominarem ferramentas digitais básicas, como celulares, aplicativos e plataformas virtuais. Nesse contexto, a inclusão digital passa a ser parte importante do processo educativo na EJA, exigindo práticas pedagógicas que promovam acessibilidade, acolhimento e respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem.

Segundo Kuhn e Di Pierro (2023):

> A gestão participativa e dialógica na Educação de Jovens e Adultos implica reconhecer os estudantes como sujeitos ativos do processo educativo, promovendo espaços de escuta, participação e valorização das experiências construídas ao longo de suas trajetórias de vida (Kuhn; Di Pierro, 2023, p. 88).

A perspectiva freireana também contribui significativamente para pensar a inclusão na maturidade. Para Freire (1987), ensinar exige escuta, diálogo e respeito às experiências dos educandos. Assim, a aprendizagem acontece quando os sujeitos conseguem relacionar os conteúdos escolares às suas vivências e necessidades concretas. No caso dos idosos, essa valorização das experiências torna-se ainda mais importante, pois fortalece a autoestima e a confiança no processo educativo.

Além disso, a formação dos professores da EJA precisa considerar as especificidades do trabalho com jovens, adultos e idosos. Sales e Paiva (2016) ressaltam que as práticas pedagógicas voltadas à EJA devem ser construídas a partir de uma perspectiva inclusiva, capaz de reconhecer a diversidade dos sujeitos e promover metodologias mais participativas e contextualizadas. Isso implica desenvolver estratégias que respeitem os tempos de aprendizagem, os conhecimentos prévios e as condições sociais dos estudantes.

A pedagogia da inclusão na maturidade exige, portanto, o reconhecimento do idoso

como sujeito de direitos, capaz de aprender, participar socialmente e construir novos significados para sua própria trajetória. Dessa forma, a educação precisa romper com práticas excludentes e fortalecer metodologias que promovam autonomia, pertencimento e participação ativa dos educandos nos espaços escolares e sociais (Maurício, 2020).

Nesse cenário, a inclusão na maturidade também se configura como forma de resistência. Ao retornar à escola, os idosos rompem com processos históricos de exclusão e reafirmam seu direito à educação, à participação social e à construção de novos projetos de vida. Permanecer na EJA significa resistir às desigualdades, aos preconceitos e às limitações impostas socialmente ao envelhecimento.

2.4 A sala de aula como território de cidadania e emancipação

Na Educação de Jovens e Adultos, a sala de aula ultrapassa a função tradicional de transmissão de conteúdos e assume importante papel na construção da cidadania, da autonomia e da emancipação dos sujeitos. Para muitos estudantes, especialmente os idosos, o ambiente escolar representa um espaço de acolhimento, convivência e reconhecimento social, possibilitando novas experiências de participação e pertencimento.

A EJA reúne sujeitos com diferentes histórias de vida, trajetórias de trabalho e experiências sociais. Essa diversidade transforma a sala de aula em um espaço de troca de saberes, no qual educadores e educandos constroem conhecimentos de forma coletiva. Conforme destaca Arroyo (2011), os sujeitos da EJA carregam marcas de desigualdades sociais e experiências que precisam ser consideradas no processo educativo, tornando a aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Nesse sentido, a sala de aula torna-se território de cidadania porque permite aos educandos compreenderem seus direitos, fortalecerem sua participação social e ampliarem suas possibilidades de atuação no mundo. A educação, nesse contexto, não se limita à alfabetização ou à conclusão de etapas escolares, mas contribui para a formação crítica dos sujeitos e para sua inserção mais ativa na sociedade.

Freire (1987, p. 79) afirma que:

> A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo. Por isso, o processo educativo precisa desenvolver consciência crítica, participação e capacidade de intervenção na realidade social vivida pelos sujeitos.

Outro aspecto importante refere-se à afetividade no processo educativo. Muitos estudantes da EJA chegam à escola marcados por experiências anteriores de fracasso, exclusão e desvalorização. Dessa forma, relações pedagógicas acolhedoras tornam-se essenciais para fortalecer a permanência e o envolvimento dos educandos nas atividades escolares. Sales e Paiva (2016) destacam que práticas pedagógicas humanizadas favorecem a construção de vínculos e tornam o ambiente escolar mais significativo para jovens, adultos e idosos.

Além disso, a sala de aula também se configura como espaço de emancipação ao possibilitar o acesso ao conhecimento e às práticas sociais de leitura, escrita e participação cultural. Segundo Maurício (2020), a EJA precisa desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com a formação integral dos sujeitos, promovendo não apenas a aprendizagem de conteúdos escolares, mas também o fortalecimento da autonomia e da participação cidadã.

Portanto, compreender a sala de aula da EJA como território de cidadania e emancipação significa reconhecer que o espaço escolar possui potencial transformador. Mais do que ensinar conteúdos, a EJA promove pertencimento, autonomia, valorização das trajetórias de vida e fortalecimento da participação social, contribuindo para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e humanizada.

A partir da compreensão da sala de aula como território de cidadania e emancipação, evidencia-se que os processos educativos na Educação de Jovens e Adultos não se encerram nas práticas presenciais tradicionais, mas se expandem para novas formas de interação e produção de conhecimento mediadas pelas tecnologias digitais, alinhadas às transformações sociais e às novas exigências formativas contemporâneas (Barbosa; Silva; Souza, 2020).

Nesse contexto, a cultura digital surge como um elemento essencial para a inclusão social e educacional dos sujeitos da EJA, uma vez que amplia o acesso à informação, fortalece a comunicação e possibilita novas formas de participação cidadã em uma sociedade cada vez mais conectada. Assim, a inserção das tecnologias digitais no ambiente escolar não apenas complementa o processo de ensino-aprendizagem, mas também contribui para a redução de desigualdades, promovendo oportunidades de autonomia, protagonismo e inclusão dos educandos no universo digital, preparando-os para uma atuação mais crítica e participativa no mundo contemporâneo.

3 CULTURA DIGITAL E INCLUSÃO

3.1 Tecnologia no cotidiano: da exclusão ao protagonismo dos idosos

A sociedade contemporânea é marcada pela intensa presença das tecnologias digitais

nas mais diversas atividades do cotidiano. Ferramentas como celulares, aplicativos, redes sociais e plataformas digitais passaram a integrar as formas de comunicação, o acesso à informação, a realização de serviços bancários, as compras, os estudos e a participação social. Nesse cenário, a inclusão digital tornou-se uma necessidade fundamental para o exercício da cidadania, especialmente para sujeitos historicamente excluídos dos processos educacionais e tecnológicos, como muitos idosos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), (Brasil, 2018).

Durante muitos anos, grande parte da população idosa permaneceu distante do universo digital em razão das desigualdades sociais, econômicas e educacionais acumuladas ao longo da vida. Muitos idosos tiveram acesso limitado à escolarização e vivenciaram contextos em que as tecnologias digitais ainda não estavam presentes no cotidiano social. Dessa forma, o contato com esses recursos ocorre, muitas vezes, de maneira tardia, acompanhado por sentimentos de insegurança, medo e dificuldades de adaptação (Longo; Vieira, 2021).

Segundo Barbosa, Silva e Souza (2020), os desafios contemporâneos da EJA estão diretamente relacionados às transformações sociais e tecnológicas da atualidade, exigindo práticas pedagógicas mais inclusivas e voltadas às necessidades reais dos sujeitos jovens, adultos e idosos. Nesse sentido, a inclusão digital precisa ser compreendida como parte essencial do processo educativo, permitindo que os estudantes ampliem suas possibilidades de participação social e autonomia no cotidiano.

Além disso, o acesso às tecnologias pode favorecer o fortalecimento da autoestima e da independência dos idosos, uma vez que possibilita maior interação com familiares, acesso a serviços públicos, informações de saúde e participação em diferentes espaços sociais. Conforme destacam Kuhn e Di Pierro (2023), práticas educativas participativas e dialógicas contribuem para que os educandos se reconheçam como sujeitos ativos no processo de aprendizagem, fortalecendo seu protagonismo diante das transformações sociais contemporâneas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também enfatiza a importância das competências relacionadas à cultura digital, destacando que os estudantes devem desenvolver habilidades que permitam utilizar tecnologias de maneira crítica, ética e significativa. O documento afirma que:

> Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 9).

Embora a BNCC esteja direcionada à educação básica regular, suas orientações dialogam diretamente com a EJA ao reforçar a importância da inclusão digital como instrumento de participação social e construção da autonomia. Nesse contexto, a tecnologia deixa de ocupar apenas um espaço técnico e passa a representar possibilidade de emancipação, cidadania e protagonismo social para os idosos (Maurício, 2020).

Além disso, Sales e Paiva (2016) destacam que as práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA devem considerar as experiências de vida dos educandos, promovendo processos de aprendizagem mais significativos e humanizados. Dessa forma, a utilização das tecnologias no contexto da EJA precisa ocorrer de maneira acolhedora, respeitando os ritmos de aprendizagem e as especificidades dos estudantes idosos.

Portanto, compreender a tecnologia no cotidiano dos idosos implica reconhecer tanto os processos históricos de exclusão quanto às possibilidades de protagonismo construídas a partir da inclusão digital. Na EJA, o acesso às tecnologias representa não apenas aprendizagem técnica, mas também fortalecimento da cidadania, da autonomia e da participação social (Pacheco; Oliveira, 2024).

3.2 Letramento digital como ponte para novos mundos

O avanço das tecnologias digitais modificou profundamente as formas de aprender, comunicar-se e participar socialmente. Nesse contexto, o letramento digital tornou-se elemento essencial para a inserção dos sujeitos na sociedade contemporânea, uma vez que grande parte das atividades cotidianas passou a ocorrer em ambientes virtuais. Para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, especialmente os idosos, o letramento digital representa importante instrumento de inclusão social, acesso à informação e fortalecimento da autonomia (Brasil, 2018).

O conceito de letramento digital vai além da simples utilização de aparelhos tecnológicos. Trata-se da capacidade de compreender criticamente as informações que circulam nos meios digitais, utilizar ferramentas tecnológicas de forma consciente e participar das práticas sociais mediadas pelas tecnologias. Assim, o letramento digital envolve não apenas o domínio técnico, mas também a construção de competências relacionadas à comunicação, à leitura, à interpretação e à produção de conhecimentos no ambiente virtual (Nascimento; Cassab, 2021).

Segundo Pacheco e Oliveira (2024), as pesquisas mais recentes sobre a EJA apontam

para a necessidade de fortalecimento de práticas educativas capazes de dialogar com as demandas da cultura digital contemporânea. Isso significa reconhecer que o acesso às tecnologias deve estar associado à construção de aprendizagens significativas e contextualizadas, considerando as experiências e necessidades dos estudantes.

No caso dos idosos, o letramento digital pode representar uma importante ponte para novos mundos, ampliando possibilidades de comunicação, acesso à informação e interação social. O uso de aplicativos de mensagens, redes sociais e plataformas digitais favorece o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, além de contribuir para a redução do isolamento frequentemente vivenciado durante o envelhecimento (Andrade *et al*., 2019).

Nesse contexto, a escola assume papel fundamental na promoção da inclusão digital, oferecendo espaços de aprendizagem que valorizem as experiências dos estudantes e promovam o desenvolvimento de habilidades tecnológicas de maneira acessível e acolhedora. Sales e Paiva (2016) afirmam que a formação desenvolvida na EJA deve reconhecer os sujeitos em sua pluralidade, respeitando suas trajetórias e promovendo práticas pedagógicas mais participativas e humanizadas.

A BNCC também reforça a importância da cultura digital como competência necessária à formação cidadã dos estudantes. O documento destaca que as tecnologias devem favorecer a produção de conhecimentos, a resolução de problemas e o exercício do protagonismo social (Brasil, 2018). Dessa forma, o letramento digital na EJA não pode ser reduzido ao ensino mecânico das ferramentas tecnológicas, mas precisa contribuir para o desenvolvimento crítico e social dos educandos.

Nesse sentido, Machado (2021), ao discutir a presença do pensamento freireano na EJA, ressalta que a educação deve partir da realidade concreta dos sujeitos e promover práticas que fortaleçam a autonomia e a participação social. Conforme ensina Paulo Freire, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção (Freire, 1987, p. 25).

Essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas dialógicas e participativas no processo de inclusão digital dos idosos. Assim, o letramento digital torna-se instrumento capaz de ampliar horizontes, fortalecer a autonomia e aproximar os sujeitos das novas formas de participação social existentes na contemporaneidade (Kuhn; Di Pierro, 2023).

Essa perspectiva evidencia que a inclusão digital não se limita ao acesso às tecnologias, mas envolve também a superação de desafios pedagógicos, sociais e estruturais que ainda persistem no cotidiano escolar da EJA. Nesse sentido, compreender o contexto em que os sujeitos estão inseridos permite analisar de forma mais crítica as dificuldades que limitam sua

plena participação no universo digital, o que conduz à necessidade de refletir sobre as barreiras invisíveis que atravessam os processos de aprendizagem e inclusão.

3.3 Barreiras invisíveis: desigualdades, acessibilidade e preconceitos

Apesar dos avanços tecnológicos observados nas últimas décadas, ainda existem inúmeras barreiras que dificultam a inclusão digital dos idosos na Educação de Jovens e Adultos. Muitas dessas dificuldades não estão relacionadas apenas à ausência de equipamentos tecnológicos, mas também às desigualdades sociais, educacionais e culturais que atravessam as trajetórias de vida desses sujeitos (BISPO; FARIA; Garcia, 2021).

Grande parte dos estudantes idosos da EJA vivenciou contextos marcados pela exclusão escolar e pelas dificuldades de acesso aos direitos básicos, o que influencia diretamente suas possibilidades de inserção no universo digital. Segundo Bispo, Faria e Garcia (2021), as políticas públicas voltadas à EJA ainda enfrentam importantes limitações entre o que é garantido legalmente e a realidade concreta vivenciada pelos educandos. Essas desigualdades refletem diretamente no acesso às tecnologias e nas oportunidades de aprendizagem digital.

Além das dificuldades econômicas, existem barreiras relacionadas à acessibilidade. Muitos recursos tecnológicos apresentam estruturas pouco adaptadas às necessidades dos idosos, dificultando o uso por pessoas com limitações visuais, auditivas ou motoras. Letras pequenas, excesso de informações nas telas e comandos complexos tornam a navegação mais cansativa e dificultam a aprendizagem tecnológica. Dessa forma, a inclusão digital exige não apenas acesso aos equipamentos, mas também condições adequadas de utilização e aprendizagem (Brasil, 2018).

Outro aspecto importante refere-se aos preconceitos relacionados ao envelhecimento. Ainda é comum a existência de discursos que associam a velhice à incapacidade de aprender ou adaptar-se às transformações tecnológicas contemporâneas. Essas concepções acabam produzindo sentimentos de insegurança, medo e baixa autoestima nos próprios estudantes idosos, dificultando sua participação nos processos educativos (Arroyo, 2011).

Segundo Miguel González Arroyo, os sujeitos da EJA carregam trajetórias marcadas por processos históricos de exclusão social, cultural e educacional, fatores que precisam ser reconhecidos pelas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola. O autor afirma:

> Os coletivos populares chegam às escolas com identidades construídas em trajetórias de resistência, exclusão e luta por direitos. Ignorar essas experiências significa desconsiderar os próprios sujeitos do processo

> educativo (Arroyo, 2011, p. 41).

Nesse contexto, a afetividade e o acolhimento tornam-se elementos fundamentais no processo de inclusão digital dos idosos. Ambientes educativos marcados pelo diálogo, pela escuta e pelo respeito às singularidades contribuem para reduzir inseguranças e fortalecer a confiança dos estudantes diante das tecnologias digitais. Sales e Paiva (2016) destacam que práticas pedagógicas humanizadas favorecem o desenvolvimento de aprendizagens mais significativas e participativas na EJA.

Assim, superar as barreiras invisíveis da inclusão digital exige compreender que o acesso às tecnologias envolve questões sociais, culturais e emocionais que precisam ser consideradas no processo educativo. Mais do que oferecer equipamentos, torna-se necessário construir práticas pedagógicas inclusivas, acessíveis e comprometidas com a valorização das trajetórias dos estudantes idosos (Pacheco; Oliveira, 2024).

3.4 Cultura digital como exercício de autonomia e participação social

A cultura digital ocupa atualmente um espaço central na organização da vida social, influenciando práticas de comunicação, acesso à informação, relações de trabalho e participação cidadã. Nesse cenário, estar inserido no universo digital tornou-se condição importante para o exercício da autonomia e da participação social. Para os idosos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos, a inclusão digital representa não apenas a aprendizagem de ferramentas tecnológicas, mas também a possibilidade de fortalecimento da cidadania e ampliação das formas de interação social.

O acesso às tecnologias permite aos idosos desenvolver maior independência em atividades cotidianas, como utilização de aplicativos bancários, marcação de consultas médicas, acesso a serviços públicos e comunicação com familiares. Dessa forma, a inclusão digital contribui diretamente para o fortalecimento da autonomia, reduzindo situações de dependência e isolamento social frequentemente associadas ao envelhecimento (Longo; Vieira, 2021).

Segundo Kuhn e Di Pierro (2023), práticas participativas e dialógicas na EJA favorecem o protagonismo dos educandos e fortalecem sua atuação como sujeitos ativos no processo educativo. Nesse sentido, a cultura digital precisa ser compreendida como instrumento de participação democrática e construção da cidadania, permitindo que os estudantes ampliem suas possibilidades de atuação social.

Além disso, as tecnologias digitais possibilitam aos idosos ocupar novos espaços de

expressão e interação social. Redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas digitais tornam-se ferramentas importantes para compartilhamento de experiências, acesso à informação e participação em debates sociais e culturais. Dessa forma, a inclusão digital contribui para reduzir situações de isolamento e ampliar os vínculos sociais construídos no cotidiano (Andrade *et al.,* 2019).

A BNCC reforça que a cultura digital deve promover o desenvolvimento crítico, ético e participativo dos estudantes, fortalecendo sua autonomia e protagonismo social (BRASIL, 2018). Embora o documento esteja voltado à educação básica regular, suas orientações dialogam com os princípios da EJA ao reconhecer a importância da formação de sujeitos capazes de compreender e atuar criticamente no mundo contemporâneo.

Nesse contexto, Fernandes, Lobão e Freitas (2022) destacam que a educação de jovens, adultos e idosos precisa acompanhar as transformações sociais e tecnológicas da atualidade, promovendo práticas educativas comprometidas com a inclusão e com a democratização do conhecimento.

Assim, a cultura digital na EJA ultrapassa o ensino técnico das tecnologias e assume dimensão social, política e cidadã. O acesso ao universo digital possibilita aos idosos fortalecer sua autonomia, ampliar sua participação social e construir novas formas de interação com o mundo contemporâneo. Portanto, a inclusão digital representa importante instrumento de emancipação humana e exercício da cidadania no contexto da Educação de Jovens e Adultos (Pacheco; Oliveira, 2024).

Assim, observa-se que a cultura digital na Educação de Jovens e Adultos se configura como um importante mediador do processo de autonomia dos sujeitos, especialmente ao possibilitar o acesso a conhecimentos e práticas sociais que ultrapassam os limites da sala de aula tradicional. Nesse sentido, ao integrar os idosos ao universo digital, a EJA contribui para a ampliação de suas capacidades de decisão comunicação e participação social, favorecendo o exercício pleno da cidadania em uma sociedade cada vez mais tecnológica e interconectada

Portanto, compreender a cultura digital como exercício de autonomia e participação social implica reconhecer seu papel emancipador na formação dos sujeitos da EJA, uma vez que promove não apenas o acesso às tecnologias, mas também o desenvolvimento da criticidade e da consciência social. Dessa forma, a inclusão digital se consolida como um elemento fundamental para a redução de desigualdades e para o fortalecimento de práticas educativas mais democráticas, inclusivas e transformadoras, em consonância com os princípios da educação de jovens, adultos e idosos.

4 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida com o objetivo de analisar discussões teóricas acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com ênfase na inclusão digital da população idosa e nas contribuições da cultura digital para a promoção da autonomia, do letramento digital e da participação social.

A pesquisa bibliográfica consiste na análise e interpretação de produções já publicadas sobre determinada temática, possibilitando o aprofundamento teórico e a compreensão crítica do objeto investigado. Nesse sentido, o estudo buscou compreender como a literatura acadêmica aborda a EJA diante das transformações sociais, culturais e tecnológicas da contemporaneidade, especialmente no que se refere à inclusão digital dos idosos.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da consulta a livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados ao tema. As buscas ocorreram em bases de dados e periódicos científicos da área da Educação, com destaque para a SciELO, utilizando-se os descritores: “Educação de Jovens e Adultos”, “inclusão digital”, “idosos e educação”, “cultura digital” e “letramento digital”.

Foram selecionadas produções em língua portuguesa que apresentassem relevância científica e relação com os objetivos do estudo, priorizando publicações recentes, sem desconsiderar obras clássicas importantes para a compreensão histórica e pedagógica da EJA. Também foram utilizados documentos oficiais e autores reconhecidos na área da Educação e inclusão social.

A análise do material ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa das produções selecionadas, buscando identificar contribuições teóricas relacionadas à inclusão digital de idosos no contexto da EJA. Posteriormente, as informações foram organizadas em eixos temáticos, favorecendo a sistematização e compreensão do conteúdo estudado.

As categorias de análise contemplaram discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos e as trajetórias dos sujeitos idosos, bem como reflexões acerca da cultura digital, do letramento digital, da acessibilidade tecnológica e da participação social dos idosos na contemporaneidade.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu desenvolver uma análise teórica e crítica acerca da inclusão digital de idosos na Educação de Jovens e Adultos, compreendendo esse processo como importante instrumento de inclusão, autonomia e participação social. Além disso, os estudos selecionados foram organizados em quadro explicativo contendo informações referentes aos periódicos, ano de publicação, autoria e título das produções analisadas, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Produções científicas selecionadas sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA), inclusão digital e cultura digital segundo autores, ano de publicação, periódico e Qualis.

Título	Autores	Ano	Revista/Periódico	Qualis
Educação de jovens e adultos: uma visão do estado da arte	Pacheco; Oliveira	2024	Perspectiva	A1
Gestão participativa e dialógica na Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Kuhn; Di Pierro	2023	Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos	A3
O ato pedagógico: planejar, executar, avaliar	Luckesi	2023	Cortez	—
Educação de Jovens e Adultos e sua imbricação com o ensino regular	Sampaio; Hizim	2022	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	A2
Educação profissional e Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal: de um entrelace histórico a uma ação contemporânea	Fernandes; Lobão; Freitas	2022	Revista Educação Popular	A3
Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos: entre o ideal e o real	Bispo; Faria; Garcia	2021	Retratos da Escola	A2
Estimativa do estoque da população apta a demandar por educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo em 1995 e 2015	Longo; Vieira	2021	Revista Brasileira de Estudos de População	A1
Círculos de cultura e EJA: presença de Paulo Freire na educação de trabalhadoras	Machado	2021	Educação & Sociedade	A1
Os educandos da EJA e suas leituras sobre a disciplina escolar Biologia	Nascimento; Cassab	2021	Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências	A2
Desafios do tempo presente na escolarização de jovens, adultos e idosos: agenda para a nova década	Barbosa; Silva; Souza	2020	Revista Tempos e Espaços em Educação	A2

Fonte: Elaboração própria (2026).

Com base no quadro acima, foi realizada a verificação e leitura dos resumos e posteriormente dos trabalhos completos, o que facilitou a construção do diálogo entre autores que vêm desenvolvendo pesquisas na área, com o objeto deste artigo teórico.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) está historicamente relacionada aos processos de exclusão social e educacional presentes na formação da sociedade brasileira. Os estudos analisados demonstram que jovens, adultos e idosos tiveram o acesso à escolarização limitado por desigualdades econômicas, sociais e culturais, o que contribuiu para elevados índices de analfabetismo e baixa escolarização ao longo do tempo. Nesse contexto, a EJA consolidou-se como modalidade educacional voltada à garantia do direito à educação e à reparação de desigualdades historicamente construídas (Di Pierro; Haddad, 2015; Bispo; Faria; Garcia, 2021).

Os resultados também evidenciaram que as contribuições de Paulo Freire foram fundamentais para a construção de uma concepção crítica e emancipatória da EJA. A literatura analisada destaca que o processo educativo precisa considerar os sujeitos em suas trajetórias de vida, valorizando seus saberes, experiências e formas de participação social. Assim, a educação deixa de assumir caráter meramente transmissivo e passa a constituir-se como prática de liberdade, diálogo e transformação social (Freire, 1987; Arroyo, 2011).

No que se refere aos idosos na EJA, os estudos demonstraram que o retorno à escola representa não apenas a busca pela escolarização, mas também um movimento de reconstrução da autoestima, fortalecimento da identidade e ampliação da participação social. Muitos idosos ingressam na modalidade após trajetórias marcadas pelo trabalho precoce, pela interrupção dos estudos e pela ausência de oportunidades educacionais durante a juventude. Dessa forma, a escola passa a ocupar importante papel como espaço de acolhimento, convivência e pertencimento social (Barbosa; Silva; Souza, 2020; Longo; Vieira, 2021).

A literatura também revelou que os idosos enfrentam diferentes desafios para sua permanência na EJA, incluindo dificuldades econômicas, limitações de acesso ao transporte, problemas de saúde e inseguranças relacionadas à aprendizagem. Além disso, preconceitos historicamente associados ao envelhecimento contribuem para sentimentos de medo, vergonha e incapacidade diante do ambiente escolar. Nesse sentido, os autores ressaltam a importância de práticas pedagógicas humanizadas, acolhedoras e inclusivas, capazes de fortalecer a autonomia e a participação dos educandos idosos (Costa; Machado, 2018; Sampaio; Hizim, 2022; Machado, 2021).

Outro aspecto amplamente discutido nos estudos refere-se à influência das transformações tecnológicas e da cultura digital no contexto da EJA. Os resultados demonstraram que a inclusão digital se tornou elemento essencial para o exercício da cidadania

e da participação social na contemporaneidade. O acesso às tecnologias digitais possibilita maior autonomia aos idosos, favorecendo a comunicação, o acesso à informação, a utilização de serviços digitais e o fortalecimento dos vínculos sociais. Dessa forma, a inclusão digital ultrapassa o domínio técnico das ferramentas e assume importante dimensão social e emancipatória (Brasil, 2018; Maurício, 2020; Kuhn; Di PieRRO, 2023).

As discussões sobre letramento digital evidenciaram que esse processo envolve não apenas o uso das tecnologias, mas também a capacidade de interpretar criticamente informações, produzir conhecimentos e participar das práticas sociais mediadas pelos ambientes digitais. Os estudos apontam que o letramento digital na EJA precisa estar articulado a práticas pedagógicas participativas, contextualizadas e acessíveis, respeitando as especificidades e os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes idosos (Nascimento; Cassab, 2021; Pacheco; Oliveira, 2024).

Além disso, a análise da literatura permitiu identificar a existência de "barreiras invisíveis" que dificultam a inclusão digital dos idosos, como desigualdades sociais acumuladas ao longo da vida, limitações de acessibilidade tecnológica e preconceitos relacionados à velhice. Muitos recursos digitais ainda apresentam estruturas pouco adaptadas às necessidades desse público, dificultando sua utilização e ampliando situações de exclusão. Nesse contexto, os autores reforçam que a inclusão digital exige não apenas acesso aos equipamentos tecnológicos, mas também condições pedagógicas e sociais adequadas para promover a aprendizagem e a participação dos sujeitos (Bispo; Faria; Garcia, 2021; Sales; Paiva, 2016).

Os estudos também demonstraram que a sala de aula da EJA se configura como importante espaço de cidadania, emancipação e inclusão social. Observou-se que as relações construídas nesse ambiente favorecem não apenas a aprendizagem de conteúdos escolares, mas também o fortalecimento da consciência crítica, da autonomia e da participação social dos educandos. Assim, a EJA assume papel fundamental na valorização das trajetórias de vida e na promoção de práticas educativas mais democráticas e humanizadas (Freire, 1987; Andrade *et al*., 2019; Maurício, 2020).

Por fim, os trabalhos evidenciam que a cultura digital, quando integrada de forma crítica e inclusiva às práticas educativas da EJA, pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades sociais e tecnológicas enfrentadas pelos idosos. A inclusão digital mostrou-se diretamente relacionada ao fortalecimento da autonomia, da cidadania e da participação social, reafirmando a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas comprometidas com a construção de uma educação inclusiva, democrática e emancipatória para jovens, adultos e idosos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupa importante papel na promoção da inclusão social, educacional e digital de idosos, especialmente em uma sociedade marcada por profundas desigualdades históricas e pela crescente presença das tecnologias digitais no cotidiano. A análise da literatura evidenciou que a trajetória da EJA no Brasil está diretamente relacionada aos processos de exclusão escolar vivenciados por diferentes grupos sociais, entre eles a população idosa, que durante muitos anos teve o direito à educação limitado por fatores econômicos, sociais e culturais.

Em relação ao objetivo geral do estudo, verificou-se que a inclusão digital na EJA ultrapassa a simples aprendizagem técnica das tecnologias, configurando-se como instrumento de fortalecimento da autonomia, da participação social e da cidadania dos idosos. Os estudos analisados demonstraram que a cultura digital, quando integrada de maneira crítica, acessível e humanizada às práticas educativas, contribui para ampliar as possibilidades de comunicação, acesso à informação, interação social e participação dos sujeitos na sociedade contemporânea.

Quanto aos objetivos específicos, observou-se que os fundamentos teóricos da Educação de Jovens e Adultos reforçam a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com o diálogo, a valorização das trajetórias de vida e o reconhecimento dos saberes construídos pelos educandos ao longo de suas experiências sociais e culturais. As contribuições de Paulo Freire e de autores da área da EJA evidenciam que o processo educativo deve considerar os sujeitos em sua totalidade, promovendo uma educação emancipatória, democrática e inclusiva.

A pesquisa também permitiu identificar que os idosos enfrentam diferentes desafios no processo de inclusão educacional e digital, entre eles as desigualdades sociais acumuladas ao longo da vida, os preconceitos relacionados ao envelhecimento, as dificuldades de acessibilidade tecnológica e as limitações estruturais presentes nas instituições de ensino. Tais fatores demonstram que a inclusão digital não depende apenas do acesso aos equipamentos tecnológicos, mas exige políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas humanizadas capazes de acolher as especificidades desse público.

Além disso, os resultados evidenciaram que as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas na EJA podem favorecer significativamente o fortalecimento da autonomia, da autoestima, da participação social e do protagonismo dos estudantes idosos. Nesse sentido, a cultura digital mostrou-se importante instrumento de emancipação, permitindo aos educandos ampliar sua inserção social e exercer de forma mais ativa sua cidadania em uma sociedade cada vez mais conectada e tecnológica.

Por fim, destaca-se a importância da realização de novos estudos voltados à inclusão digital de idosos na Educação de Jovens e Adultos, especialmente pesquisas de campo que investiguem experiências práticas, metodologias pedagógicas e percepções dos próprios educandos sobre o uso das tecnologias digitais no processo educativo. Sugere-se também o desenvolvimento de investigações relacionadas à formação de professores, às políticas públicas de inclusão digital e às estratégias de acessibilidade tecnológica destinadas à população idosa, contribuindo para o fortalecimento de práticas educacionais mais inclusivas, democráticas e socialmente transformadoras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. P. et al. Educação de Jovens e Adultos em contexto de privação de liberdade: análise de narrativas de um sujeito-educando. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 4, n. 10, p. 378-393, 2019. Disponível: https://revistas.uneb.br/rbpab/article/view/5170. Acesso em 14 de maio de 2026.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARBOSA, C. S.; SILVA, J. L. da; SOUZA, J. C. L. de. Desafios do tempo presente na escolarização de jovens, adultos e idosos: agenda para a nova década. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 13, n. 32, p. 1-18, 2020.Disponível em: https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/14146. Acesso em: 20 de maio de 2026.

BISPO, S. V. de S.; FARIA, E. M. da S.; GARCIA, E. E. B. Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos: entre o ideal e os real. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 305-320, 2021. DOI: 10.22420/rde.v15i32.1245. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1245. Acesso em: 20 de maio de 2026.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 15 maio 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 maio 2026.

CATELLI JR., Roberto. **Educação de jovens e adultos**. São Paulo: Contexto, 2024. E-book.

COSTA, C. B; MACHADO, M. M. **Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018. E-book. (Coleção Docência em Formação: Educação de Jovens e Adultos).

DI PIERRO, M. C; HADDAD, S. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio/ago. 2015. DOI: 10.1590/CC0101-32622015723758. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/q4xPMXVTQvQSYrPz9qQBCgN/abstract/?lang=pt&format=html. Acesso em: 13 maio 2026.

FERNANDES, I. S. da S.; LOBÃO, M. S. P.; FREITAS, R. G. de A. Educação profissional e Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal: de um entrelace histórico a uma ação contemporânea. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 230-248, 2022. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/62887. Acesso em: 13 maio 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JARDILINO, J. R. L; ARAÚJO, R. M. B. de**. Educação de jovens e adultos: sujeitos, saberes e práticas**. E-book. (Coleção Docência em Formação: Educação de Jovens e Adultos). São Paulo: Cortez, 2014.

KUHN, A.; DI PIERRO, M. C. Gestão participativa e dialógica na Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 81-95, 2023.

LEITE, S. A. S. **Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos (EJA)**. São Paulo: Cortez, 2014. E-book.

LONGO, F. V.; VIEIRA, J. M. Estimativa do estoque da população apta a demandar por educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo em 1995 e 2015. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 38, p. 1-19, 2021.

LUCKESI, C. C. **O ato pedagógico: planejar, executar, avaliar.** São Paulo: Cortez, 2023. E-book.

MACHADO, M. M. Círculos de cultura e EJA: presença de Paulo Freire na educação de trabalhadoras. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1-19, 2021.

MAURÍCIO, S. S. Reflexões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 43-63, 2020.

MORAIS, A. G. de; ALBUQUERQUE, E. B. C. de; LEAL, T. F. (orgs.). **Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas**. São Paulo: Autêntica, 2010. E-book.

NASCIMENTO, Á. de S.; CASSAB, M. Os educandos da EJA e suas leituras sobre a disciplina escolar Biologia: provocativas necessárias para pensar o currículo e a pesquisa na área da educação científica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 22, p. 1-24, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/33031. Acesso em: 13 de maio de 2026.

PACHECO, C. de O; OLIVEIRA, A. M. G. de. Educação de jovens e adultos: uma visão do estado da arte. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 42, n. 1, p. 1-16, 2024. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-795X.2024.e96784. Acesso em: 13 de maio de 2026.

SALES, S. R; PAIVA, J. Dossiê práticas nas IES de formação de professores (inicial e continuada) para a EJA. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 17, n. Ed. Esp., p. 3-8, 2016. DOI: 10.12957/teias.2016.25059. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/25059. Acesso em: 13 de maio de 2026.

SAMPAIO, C. E. M.; HIZIM, L. A. A Educação de Jovens e Adultos e sua imbricação com o ensino regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 103, n. 264, p. 271-

298, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/tbvstx9cT7TdMVBQZyJsBTQ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 13 de maio de 2026.

SIQUEIRA, A. R; GUIDOTTI, V. **Educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/697722921/5f2855e4-9989-4df3-a371-dc02dc8f6575. Acesso em: 15 de maio de 2026.